

Projeto Cultura Afro e Indígena do IF SERTÃO PE
Campus Petrolina

EDIVANIA GRANJA DA SILVA OLIVEIRA*

O Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF SERTÃO PE Campus Petrolina tem como meta favorecer uma educação pública de qualidade, priorizando a formação profissional e cidadã dos seus alunos. Por isso, tem direcionado suas ações pedagógicas, em consonância com a legislação educacional vigente – a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) e suas alterações, Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, por uma prática escola que visa o respeito e a valorização da diversidade e da pluralidade cultural.

Dentro dessa concepção foi implantado em 2010, o Projeto de Cultura Afro e Indígena no Campus Petrolina com o intuito de tornar visível a participação da cultura negra e indígena na sociedade brasileira através da efetivação da temática História da África, da Cultura Afrobrasileira e Indígena no âmbito escolar.

O processo histórico da formação do nosso país privilegiou a cultura branca europeia em detrimento do legado das culturas de matriz africana e indígena. Por isso, a invisibilidade e o silenciamento podem ser questionados, de acordo com:

Silenciar-se diante do problema não apaga, magicamente as diferenças, ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais (CAVALLEIRO, 2006, p. 21).

O estudo da História da África e da cultura afro-brasileira e indígena tornou-se obrigatório através da Lei nº 11.645/08 que faz parte das Diretrizes curriculares nacionais, devendo ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, principalmente nas áreas de educação artística, de literatura e de história.

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Professora de História do IF SERTÃO PE CAMPUS PETROLINA. Especialista em História e em Educação. Projeto Financiado pelo IF SERTÃO PE CAMPUS PETROLINA.

A integração do conhecimento da História da África e afro-brasileira ao currículo escolar é fruto de reivindicação dos movimentos negros no Brasil, na luta para que os negros não sejam retratados na nossa história apenas como escravos, mas como povo que contribuíram na formação da história da sociedade brasileira. Ainda acrescenta como conseqüência da distorção do negro e da escravidão, complexos de inferioridade da criança negra, minando o desempenho e o desenvolvimento de sua personalidade criativa e capacidade de reflexão, contribuindo para os altos índices de evasão e repetência. (RJ, 1991) I Fórum sobre o Ensino das Civilizações Africanas.

A aplicação da Lei 11.465/08 permite a inclusão de temas até então pouco discutidos no ambiente escolar, como pluralidade cultural, desigualdades raciais, sociais e de gênero. Contanto o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural pressupõem uma reeducação das relações étnico-raciais para além dos muros escolares.

O projeto busca articular as diretrizes no processo de reelaboração da nova perspectiva de ensino para a inserção da História da África e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nos currículos escolares, do longo processo de luta para o reconhecimento e a valorização das etnias que compõem a nossa sociedade para a construção de uma sociedade plural.

Portanto, os professores precisam ter maior compreensão da composição da nossa sociedade formada por diferentes etnias para que possam desenvolver atividades relacionadas à História da África, da Cultura Afrobrasileira e Indígena como fundamentais na contribuição do rompimento de barreiras sociais e proporcionar à autonomia dos indivíduos através do conhecimento sobre suas raízes, sua história e suas linguagens.

Para tanto, a formação dos professores deve ser pautada no respeito recíproco, “(...) cada professor precisa, necessariamente, ter um conhecimento sólido do patrimônio cultural da humanidade. Por outro lado, isso não terá nenhum valor operacional se ele não conhecer o universo sócio-cultural específico do seu educando, sua maneira de falar, seus valores, suas aspirações. (...)”. (PINSKY & PINSKY, In Karnal, 2008, p. 23).

É necessário que os professores apropriem-se de conhecimentos e de modalidades pedagógicas que proporcionem uma prática reflexiva dentro do contexto africano, afrobrasileiro e indígena destinado a aplicação dos conteúdos sobre essas

temáticas com clareza, segurança e objetividade coerentes com os pressupostos da escola cidadã. (BOSSA, 1994, p.67).

É importante ressaltar que para a aplicabilidade da Lei faz-se necessário que os professores tenham maior compreensão da composição da nossa sociedade, formada por diferentes etnias para o convívio entre a pluralidade cultural, econômica e social.

Segundo Marilena Chauí, a aplicação dessa Lei pode constituir-se uma ferramenta de luta contra-ideológica, pois o “silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava”. (CHAUÍ, 2001, p. 25).

Questiona-se a forma de dicotomia negro/branco como fonte permanente e imutável, não sujeito a controvérsias, nas relações sociais vigentes no país, de acordo com as Diretrizes:

“Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, à participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras”. (BRASIL, 2004, p.16).

Afirmar-se que o racismo é produto de movimentos ideológicos. Conjunto de idéias elaboradas pela elite dominante, a fim de justificar a escravidão e a constituição de novas relações sociais no Brasil, após a abolição. E uma ideologia torna-se hegemônica na sociedade quando não precisa mostra-se, quando não necessita de signos visíveis para se impor. É hegemônica quando de maneira espontânea flui como verdade aceita por todos. (CHAUÍ, 1980).

No Brasil criou-se a crença da convivência cordial e harmoniosa das raças e etnias que compõem a nossa sociedade, aliada outra crença, a da inferioridade do negro, consolidando a desigualdade racial, de forma estrutural. Assim, o racismo assume a forma de velado, de negado. Como afirma Florestan, “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito”. (FERNANDES, 1972, p. 42).

Diante do exposto, considera-se que a base de construção do racismo no Brasil, foi no sentido de uma ideologia de justificação, classificação e naturalização, com o intuito de manter privilégios de um grupo sobre outro. Imbricados em dois movimentos ideológicos, o da ideologia da dominação racial e o mito da democracia racial, utilizadas para justificar a escravidão do negro e naturalizar as desigualdades raciais.

Assim, uma das ações do Projeto é o desenvolvimento do Projeto PIBIC Júnior - Perfil Etnicorracial da Comunidade Acadêmica do IF Sertão-PE - Campus Petrolina, tendo como objetivo diagnosticar o perfil etnicorracial da comunidade educativa do Campus Petrolina, com base na Lei nº 11.645/08, a fim de compreender o ambiente escolar como espaço de pluralidade e identidade cultural, componentes fundamentais da nossa sociedade.

Na perspectiva o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural afro e indígena da nossa sociedade poderá ser através da afirmação identitária, considerando às questões étnicorraciais.

Nesse contexto a invenção de “raça” pode ser compreendida na perspectiva de Hall (2003, p. 69),

“Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza”.

A identidade definida como componente histórico e não biológico, de acordo com Hall (2003, p. 13), “Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”.

Ainda, Sodré (1999, p. 34) considera que a identidade do indivíduo é dada a partir do reconhecimento do outro, “um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela inserção de sua história individual com a do grupo onde vive”.

Pensar identidade deve considerar as questões envolvidas no processo de construção da identidade étnicorracial da sociedade brasileira, no tocante ao reconhecimento e pertencimento. Assim, “(...) as pessoas precisam repensar as relações entre identidades e diferença. Elas precisam compreender sua etnicidade em termos de uma política de localização, posicionamento e enunciação (...). A identidade de uma pessoa seja preta, branca ou latina tem a ver com a descoberta da etnicidade desta pessoa”. (MCLAREN, 1999, p. 74).

Assim, podemos afirmar que toda identidade precisa ser contextualizada e sua construção se constitui como um dos elementos na luta pela hegemonia das representações sociais, dentro de contextos marcados por relações de poder simbólico.

Com relação à discriminação racial, a Convenção da ONU de 1965 sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial destaca que “discriminação racial significa toda distinção, restrição ou preferência baseada em cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em mesmo plano de liberdades fundamentais nos campos políticos, econômico, social, cultural ou em qualquer campo de sua vida pública”.

Podemos entender a pluralidade e a diversidade cultural como questões pertinentes para o combate à discriminação, o reconhecimento e a afirmação das identidades étnicorraciais como componentes essenciais da formação da sociedade brasileira.

Por isso, pode-se considerar como incontestável a nossa formação histórico-social, como uma nação multirracial e pluriétnica, de notável diversidade cultural, a nossa escola não está preparada para atuar na formação de crianças e jovens das camadas mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços.

Partindo dessa premissa, percebe-se que os currículos, os programas, as metodologias educacionais, principalmente, os livros didáticos apresentam uma preponderância da cultura dita “superior e civilizada”, de matriz européia.

De acordo com José Ricardo Oriá Fernandes,

“Os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país. Na maioria deles, despreza-se a participação das minorias étnicas, especialmente índios e negros. Quando aparecem nos didáticos, seja através de textos ou de ilustrações, índios e negros são tratada de forma pejorativa, preconceituosa ou estereotipada”. (1996).

Recomenda-se para romper a visão eurocêntrica caracterizada na formação escolar brasileira, desenvolver condições para uma abordagem da história da África no mesmo nível de profundidade com que se estuda a história européia e suas influências sobre o continente americano. (MATTOS, 2003, p. 135).

Na perspectiva de compreensão dos escravos africanos no Brasil, o professor deve reportar-se a África Ocidental antes do contato com os europeus, estudar a sua estrutura organizacional para perceber as diferentes modalidades de organização, entre as quais, as famílias, as comunidades, os impérios e estados, nas quais era comum a presença do escravo.

Dessa forma, de acordo com Anderson Ribeiro Oliva,

“temos que reconhecer a relevância de estudar a História da África, independente de qualquer outra motivação. Não é assim que fazemos com a Mesopotâmia, a Grécia, a Roma ou ainda a Reforma Religiosa e as Revoluções Liberais? Muitos irão reagir à minha afirmação, dizendo que o estudo dos citados assuntos muito explica nossas realidades ou alguns momentos de nossa História. Nada a discordar. Agora, e a África, não nos explica? Não somos (brasileiros) frutos do encontro ou desencontro de diversos grupos étnicos ameríndios, europeus e africanos? Aí está a dupla responsabilidade. A História da África e a História do Brasil estão mais próximas do que alguns gostariam. Se nos desdobramos para pesquisar e ensinar tantos conteúdos, em um esforço de, algumas vezes, apenas noticiar o passado, por que não dedicarmos um espaço efetivo para a África em nossos programas ou projetos. Os africanos não foram criados por autogênese nos navios negreiros e nem se limitam em África à simplista e

difundida divisão de bantos ou sudaneses. Devemos conhecer a África para, não apenas dar notícias aos alunos, mas internalizá-la neles”. (2003, p. 4).

Uma das metodologias para viabilidade de uma melhor prática pedagógica do ensino da cultura afro-brasileira e africana é a construção de Projetos de Aprendizagem associada à necessidade permanente de estabelecer diálogo, ampliar espaços de construção do conhecimento, de colaboração, de fazer novas conexões, buscar caminhos alternativos, relacionar com outros projetos e despertar maior interesse do aluno na conexão com o espaço escolar e com o mundo. Assim, Selma Guimarães Fonseca aponta que,

“(…) Trabalhar o ensino por meios de projetos, assumindo a universalidade entre os campos de saber, passa por assumir uma postura político-pedagógica na qual a formação dos indivíduos seja pensada como um processo em que diversas instâncias, diversos campos do saber se entrelaçam, intervindo, transmitindo, construindo o pensamento. Significa “transitar pelo território dos saberes”, possibilitando a recuperação da totalidade do ato de conhecer. (2003, p. 101 e 107).

Assim, o projeto traz no seu bojo a promoção de espaços de valorização da estética da cultura afrobrasileira. A seleção dos conteúdos didáticos deverá possibilitar aos alunos aprenderem a História da África e do Brasil a partir de diversos olhares para perceber a África, o Negro e o Indígena no Brasil, fomentando reflexão crítica sobre o processo histórico das culturas afrobrasileira e indígena, destacando suas contribuições na formação identitária da cultura brasileira. Além de desenvolver metodologias didáticas para aplicação da Lei 11.645/08, através de debates, palestras, oficinas, visitas técnicas e projetos didáticos sobre a temática em questão

Ainda, para o desenvolvimento do Projeto será efetuado levantamento bibliográfico, filmográfico, pesquisa de campo, criação de um NEAB e espaços de discussões e análise pertinentes às questões da cultura afro e indígena focado no uso de conteúdos pertinentes a temática em questão, dentro da perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais, da História Cultural e do Cotidiano.

Para contemplar os conteúdos curriculares as Diretrizes dos PCNs definem como objetivo educacional com relação ao combate ao racismo para as relações étnico/raciais:

“(…) Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, à participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. (BRASIL, 2004, p.16).

Vale salientar que as transformações ocorrem em diferentes temporalidades e contextos sociais, compondo o processo educativo, no qual envolvem um conjunto de relações existentes entre os significantes (imagens e palavras) e seus significados, as suas representações.

Por isso, Sandra Pesavento afirma que, “Nesta articulação a sociedade constrói a sua ordem simbólica, que, se por um lado não é o que se convencionou chamar de real (mas sim representação), por outro lado é também outra forma de existência da realidade histórica (...). (1995, p. 16).

Para compreensão do estudo de História do Brasil e suas metodologias, segundo Circe Bittencourt:

“Os estudos do Brasil devem contemplar a história local e regional articulada à nacional, situação que requer uma compreensão sobre micro-história e seus fundamentos teóricos. A história local deve necessariamente estar incluída nos estudos de História, mas não na ordenação do mais próximo ao mais distante, mas de forma a ser problematizada a cada momento do estudo (...).” (2008, p. 201 e 202).

Como afirma Michael de Certeau (1994), o estudo do cotidiano convoca uma multiplicidade de saberes e de métodos a serem aplicados para sobreviver em meio à sociedade de consumo. E a organização do lugar para reprodução do discurso, reduz-se as práticas e as línguas científicas para o país de origem e para a vida cotidiana.

Por fim, Pretende-se que a inserção da Cultura afro e indígena no IF Sertão Campus Petrolina através da aplicação da Lei 11.658/08 dentro do universo educacional favoreça maior conscientização da comunidade educativa, percebendo seu papel como sujeito histórico, na contribuição de combate ao racismo e de maior convivência com a diversidade e pluralidade cultural da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT, Circe. **Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil**. In: **Karnal, Leandro (org). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BOSSA, Nadia Aparecida. **A psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- BRASIL, Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Introdução**. In: **Brasil. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e Educação**. In: Revista Educação e Sociedade. Ano II, n. 05, 1980.
- _____. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Editora Vozes. Petrópolis, 1994.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades**. Cad. Cedes, Campinas, Vol. 25, n. 67, p. 378-388, set/dez, 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acessado em 18/05/2010.
- FERNANDES, FLORESTAN. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- FONSECA, Selma Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 2ª Ed. Campinas: Papirus, 2003.
- FORUM ESTADUAL SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DAS CIVILIZAÇÕES AFRICANAS NA ESCOLA PÚBLICA**, 1. Rio de Janeiro, 1991. Relatório do... Rio de Janeiro: SEDEPRON; IPEAFRO, 1991.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- OLIVA, Ribeiro Anderson. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática**. Estud. afro-asiát. vol.25 no.3 Rio de Janeiro 2003.
- MATTOS, Hebe Maria. **O ensino de História e a luta contra a discriminação racial**. In: _____ **ABREU, M; SDIHER, R. Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Faperj, 2003.
- MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- PESAVENTO, S.J. **História e história cultural**. Autêntica, Belo Horizonte, 2004.
- PINSKY, Jaime. PINSKY, Bassanezi Carla. **Por uma história prazerosa e conseqüente**. In: **Karnal, Leandro (org). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros, identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.